

TÍTULO: FAMÍLIAS E PROGRAMAS SOCIAIS - Análise das famílias de baixa renda do município de Ituverava (São Paulo) beneficiárias do programa Bolsa Família: um estudo da condição sócio-econômica após ingressarem no programa.

RESUMO: Desde os primórdios da colonização brasileira, a renda se concentrava na mão de pouquíssimas famílias enquanto outras tantas realizavam um trabalho escravo ou quase escravo. Com o passar do tempo essa situação não mudou. Famílias em alto grau de vulnerabilidade estão espalhadas por todo país. Com uma baixa remuneração, um sistema de saúde precário, uma educação pública ineficiente e outros tantos problemas brasileiros, o governo decidiu implantar o programa Bolsa Família. Ele tem a função de reduzir a fome, crianças no mercado de trabalho ou fora da escola, más condições de saúde e auxiliar gestantes, tudo isso no curto prazo com uma transferência direta da renda. Tendo em vista o alto grau de vulnerabilidade da cidade de Ituverava e o número de famílias que recebem o benefício, a proposta da pesquisa é saber se as famílias inseridas no programa, com o passar do tempo, melhoraram sua condição de vida, se as crianças que estavam fora da escola agora não estão mais, se faltava alguma coisa para essas famílias e após serem beneficiadas, foi suprida essa necessidade. Ou seja, se realmente o benefício é eficaz em sua proposta.

PALAVRAS-CHAVES: Famílias, Programas, Sociais.

INTRODUÇÃO

História do Programa

Em 1795, surge uma lei de proteção ao trabalhador agrícola é implantada no Sul da Inglaterra ao perceberem que “o estado atual dos pobres necessita de mais assistência do que a legislação geralmente tem dado a eles”. Tal estado se devia a uma série de más colheitas que reduziram a oferta de trigo, ao aumento da população e as guerras napoleônicas, que impediam a importação de trigo da Europa.

A “lei dos pobres”, como era conhecida, suplementava os baixíssimos salários então pagos, proporcionalmente ao preço do trigo e ao número de filhos da família. Quem pagava essa ajuda eram os contribuintes que gozavam de plena abundância material na época, e não o governo.

O objetivo do Estado era evitar as revoltas da pobreza. Para os proprietários de terras o sistema era muito vantajoso, pois transferia a todos os contribuintes os gastos com os trabalhadores na entressafra, quando o salário era cortado e os trabalhadores eram mantidos com a suplementação garantida pela lei dos pobres.

Esta dupla vantagem fez com que o sistema se ampliasse a todo o Sul da Inglaterra, pouco industrializado. Assim, o auxílio aos pobres representava muito mais um subsídio da sociedade aos grandes proprietários, que reduziam seus gastos com salários, do que uma transferência de renda do estado aos trabalhadores do campo.

Já em 1960 surge nos Estados Unidos o Imposto de Renda Negativo, na qual, a idéia básica era fixar um nível mínimo de renda e, as famílias que não alcançavam tal valor recebiam do governo uma quantia para complementar sua renda mensal.

Ao longo da década de 90 a economia brasileira sofreu profundas transformações tais como a abertura da economia e do comércio de capitais, queda da taxa de inflação e redução da participação do estado na economia. Essas mudanças abalaram profundamente o crescimento econômico e o mercado de trabalho. Entre 1990 e 1992 houve um forte crescimento do desemprego. A redução dos empregos industriais e o aumento do emprego informal são reflexos das mudanças ocorridas nessa década.

Nessa conjuntura de desemprego e baixa escolaridade no Brasil, o IRN (Imposto de Renda Negativo) entra em discussão e em defesa pelo Senador Eduardo Suplicy por meio de um projeto de lei aprovado em 2001, a Bolsa-família. O Governo

Federal criou tal programa para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação, transferindo diretamente à renda. Para que o governo promova o acesso das famílias ao Bolsa Família, é preciso que as crianças frequentem a escola e a família deve manter o acompanhamento da saúde em dia, principalmente para as crianças e gestantes. O Bolsa família juntou num só programa o Auxílio Gás, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação, incluindo assim famílias que não recebiam nenhum desses benefícios e estão de acordo com os critérios do programa.

Quem pode fazer parte do Bolsa Família?

- As famílias com renda por mês de até R\$ 50,00 por pessoa.
- As famílias com renda por mês de R\$ 50,01 a R\$ 100,00 por pessoa que tenham crianças de zero a 17 anos ou gestantes.

A entrada da família no programa:

Quem cadastra as famílias são as prefeituras. Em cada prefeitura há um encarregado administrador do programa. Depois da ficha de cadastro feita, a prefeitura digita os dados e manda para o Governo Federal. E são os municípios que informam se as crianças estão frequentando a escola e se a família está com a situação de saúde em dia.

Valores dos benefícios:

- Benefício Variável: Todas as gestantes e crianças de zero a 15 anos recebem do programa R\$ 15,00 até o limite de três crianças por família. Ou seja, até 45,00. Por isso é chamado de benefício variável, varia conforme o tamanho da família.
- Benefício Básico: Além do variável, as famílias que mais precisam, com renda de até R\$ 50,00 por mês por pessoa, recebem mais R\$ 50,00. É o chamado benefício básico.

A cidade de Ituverava

O município possui uma economia predominantemente agrícola, baseando-se no cultivo de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. Apresenta um comércio forte e setor de serviço avançado. Tem um forte potencial na área da educação possuindo duas universidades, a Fundação Educacional de Ituverava e Faculdade Francisco Maeda, contabilizando 11 cursos superiores. No âmbito turístico, a cidade conta com o Museu Histórico, o Centro Cultural, as Igrejas Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário e São João Batista, a Praça Dez de Março, umas das mais belas do país, o Parque Recreio (onde está situada a cachoeira Salto Brillhante que denomina a cidade) e a Represa Paulo Borges, faz parte do circuito turístico Projeto Portinari.

Com uma população total de 36.268, 54,2% vivem em alto grau de vulnerabilidade. Os responsáveis de tais domicílios são em geral mulheres com 44 anos de idade e possuem 4,6 anos de estudo em média.

Na cidade de Ituverava são 1427 famílias beneficiadas pelo programa Bolsa-família e o principal bairro cadastrado pelo programa é o Benedito Trajano Borges. As famílias fazem o cadastramento único na prefeitura local e são lançados para o banco de dados do governo federal. De acordo com a necessidade da família ela passa a receber o bolsa família pela Caixa Econômica Federal da cidade.

De acordo com a Secretaria do Bem Estar Social de Ituverava, quando os programas sociais começaram a vigorar, o número de famílias que precisavam recorrer à prefeitura para compra de remédios, alimentos e etc., caiu de 2000 para 600 atendimentos por mês. O dinheiro do benefício supriu a deficiência do baixo salário dessas famílias.

Porém, a discussão na qual se insere essa pesquisa é saber quais são as reais condições de vida dessas famílias após o ingresso no programa, já que a prefeitura local e o governo federal não possuem tais dados.

1 Trabalho e população.

1.1 Definição de trabalho.

O trabalho é uma atividade exercida pelo homem com a finalidade de obter renda, bens e serviços, tanto para o empregador como para o empregado. Os economistas limitam o trabalho de acordo com as horas trabalhadas (socialmente necessárias para a produção de um determinado produto), salário (remuneração, ou seja, troca pela atividade realizada) e [eficiência](#) (grau de escolaridade e qualificação). Para cada tipo de trabalho existe uma instrução e um grau de estudo. E para cada atividade exercida existe ainda uma remuneração diferente.

O trabalho é um tema que vem sendo muito discutido na sociedade moderna. Através do salário é que o indivíduo terá condições de sobrevivência. Porém, não é toda remuneração que garante ao trabalhador viver de modo digno. Na maioria das vezes o cidadão não consegue se manter somente com seu salário, gerando uma maior vulnerabilidade social.

1.2 Trabalho segundo David Ricardo (e outros economistas clássicos).

Segundo David Ricardo, todo trabalho se volta para a transformação do meio, com o objetivo de satisfazer uma necessidade, tanto daquele que o produz como daquele que irá consumi-lo. A necessidade daquele que produz nada mais é do que a recompensa pelo trabalho exercido, ou seja, a renda, remuneração. Já daquele que irá consumi-lo é o produto ou bem em estado de uso, acabado. Também está associado a certo nível de qualificação, ou não, para ser exercido. O homem (de modo geral), para garantir suas necessidades básicas vende sua força de trabalho em troca do salário.

O valor de troca (compra e venda) de todas as mercadorias consiste em quanto tempo em média será necessário para a produção de um determinado bem. Essa mercadoria produzida será usada para ser trocada por uma outra (dinheiro). Segundo Marx, a mercadoria é trocada por moeda e a moeda por outra mercadoria, e assim por diante. Essa troca permite adquirir bens e serviços a serem consumidos:

Mercadoria → Moeda → Mercadoria.

O trabalho fora analisado por Marx e Engels, que partiram do conceito “valor-trabalho” (elaborado por David Ricardo e Adam Smith). Ricardo compara o trabalho com as demais mercadorias, que são compradas e vendidas, demandadas e ofertadas e por fim, tem seu preço no mercado.

Nenhuma mercadoria é oferecida na mesma quantidade que é ofertada ou vice-versa. Quanto maior a oferta mais baixa a demanda, menores serão os preços. Quanto maior for a demanda e menor a oferta, maiores serão os preços. A consequência de tais variações é de que o capital é distribuído na proporção exata necessária à produção das diferentes mercadorias procuradas. Com a oscilação dos preços, os lucros se elevam ou caem abaixo se seu nível corrente, o que estimula o capital a participar ou a sair daquela atividade em que a variação se verificou.
(David Ricardo, 1986)

Segundo Ricardo, o preço das mercadorias além de sofrerem com a oscilação da demanda e oferta, sofrem também com a quantidade de capital distribuído através produção de determinadas mercadorias. Essas oscilações interferem também nos salários, porque, de acordo com a produção, grau de instrução do trabalhador e as horas trabalhadas, é que será calculado seu salário.

O salário não constitui somente em dinheiro, mais em aquilo que este pode comprar, isto é, alimentos, vestuário e outros gêneros de primeira necessidade. A renda deve ser compatível com todas as despesas que o trabalhador tem para manter a si e a família. Na sociedade contemporânea, não é bem o que acontece. Na maioria das vezes o salário não garante nem a manutenção do trabalhador, quanto mais de uma família. Como diz Ricardo:

Essa remuneração não ocorre apenas com a demanda e a oferta do mesmo, mas sim, do aumento ou a diminuição dos preços dos produtos de primeira necessidade. O trabalho torna-se caro quando escasso e barato quando abundante. Quando o preço deste é superior ao seu preço natural, as condições de trabalho são vantajosas. Em contra partida, quando há abundância de mão-de-obra e o salário é insuficiente para suprir suas necessidades, a situação do trabalhador torna-se miserável. Contudo, quando o trabalhador passa a viver de uma maneira indigna, o Estado pode ajudá-lo de várias maneiras, sendo uma delas os programas assistenciais.
(David Ricardo, 1986)

Esses programas surgiram na Inglaterra, durante o século XIX, receberam o nome de Lei dos Pobres (ou Imposto de renda Negativo nos Estados Unidos). Tinham como objetivo ajudar as famílias que não atingiam um limite de renda imposto pelo governo. Até os dias atuais, vários países, inclusive o Brasil, possuem programas assistenciais de transferência direta da renda.

1.3 População e lei dos pobres.

Malthus faz uma discussão sobre a população. Segundo ele, a população quando descontrolada tende a crescer em uma progressão geométrica (1,2,4,8,16...) e os meios de subsistência em uma progressão aritmética (1,2,3,4,5...). Ou seja, com o tempo a população estaria em um número absurdamente maior do que a produção de alimentos.

Além do crescimento populacional há ainda outros aspectos que interferem como, por exemplo, a imigração. O imigrante deixa seu local de origem em busca de outras vantagens como trabalho, comida, etc. Esse processo, quando muito intenso, provoca um desequilíbrio estrutural local (escassez de emprego, moradia, alimento, saneamento básico, escola, hospitais e centros de saúde, etc.) Esse crescimento desordenado só pode ser mantido estável por meio de políticas públicas.

Malthus quando elaborou essa teoria contava com casamentos de pessoas jovens, mulheres que não trabalhavam, famílias numerosas, ou seja, tudo o que contribuiria para o aumento populacional. Hoje em dia essa teoria foi superada com alta tecnologia nos meios de subsistência (maior produção de alimentos), mulheres no mercado de trabalho (baixa fecundidade), famílias pequenas, casamentos tardios (gravidez tardia), etc.

Malthus faz menção à lei dos pobres que foi instituída com o objetivo de auxiliar famílias miseráveis. Com esse auxílio, famílias foram beneficiadas e outras não. Mesmo com todo dinheiro doado aos pobres, ainda existia pobres na Inglaterra. Há hipóteses de que o dinheiro poderia ter sido desviado e que ele era muito mal administrado. Para que esse recurso fosse distribuído a algumas famílias, foi necessário que outras da mesma classe tivessem seu padrão de vida reduzido em função da escassez dos recursos.

Essa lei cometeu alguns equívocos como, achar que o pobre ao receber o benefício melhoraria sua condição de vida, o que não ocorreu em primeiro momento. Muitos deles receberam o benefício e aumentavam a família já que seria possível sustentar novos membros. Malthus reforça dizendo que esse aumento populacional em razão à lei dos pobres (aumento do número de filhos em razão a aumento da renda) ultrapassaria o aumento dos produtos essenciais para a subsistência (aumento da quantidade total de alimentos).

2 Distribuição de renda

2.1 Histórico da distribuição de renda no Brasil

A distribuição de renda sempre foi um grande problema para o Brasil. Desde o início da sua história pode-se observar a alta concentração da renda nas mãos de poucos e a escassez que assolava muitos. Essa concentração tem início na descoberta do país, quando o europeu escravizava o índio para que fosse extraída as riquezas naturais e envia-las a Portugal. Mais tarde, o território começa a ser povoado e a ocupação de grandes terras surge. Com a vinda dos escravos e imigrantes europeus, uma pequena parcela da população era dona de grandes fazendas e a grande maioria trabalhava nessas mesmas terras por salários miseráveis e muitas vezes até sem salário.

Esse histórico de má repartição da renda está automaticamente ligado ao subdesenvolvimento brasileiro. Subdesenvolvimento nada mais é do que a baixa produtividade do trabalho. Significa que o que é produzido pelos trabalhadores é, em média, pequeno, muito menor do que a produção por trabalhador nos países desenvolvidos. Ou seja, havendo uma menor produção, o salário será compatível a ela.

Segundo Bresser - Pereira, a economia do Brasil sempre foi capitalista. Os países que mais se desenvolveram foram aqueles que abandonaram o mercantilismo mais cedo. Esses países foram aqueles que por volta de 1450 e 1500 estavam no auge das navegações e também são os que investiam o capital mercantil no Brasil, tais como Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Já no século XIX a economia passa a ser industrial, com o pioneirismo dos Ingleses.

O capitalismo mercantil visava não à mais-valia e sim o lucro através da exploração do trabalho humano. O comércio nessa fase baseava-se na compra de mercadorias e a venda delas em um lugar distante dali, onde o vendedor obteria o monopólio de uma determinada mercadoria e, portanto, obteriam também altos lucros. Todas essas mudanças econômicas sempre provocaram concentração de renda cada vez maior.

Durante 300 anos houve no Brasil escravidão e quando terminou, o país passou por muitas mudanças. As terras brasileiras foram divididas em pouquíssimos lotes muito grandes em extensão. Essa situação de latifúndio não mudou após a proclamação da

república. Não foi feita nenhuma reforma agrária. O que concentrou mais ainda a renda brasileira.

A economia industrial brasileira até 1930, tinha altas taxas de importação como uma consequência de uma pequena parcela da população que exigia produtos mais bem elaborados (a economia era basicamente agrária). Ao passar do tempo, a medida com que as novas tecnologias iam sendo adotadas, a mão-de-obra não especializada perdia espaço para as máquinas, gerando desemprego, fome, miséria, etc.

2.2 Distribuição de renda no Brasil nos dias de hoje.

Em conjunto ao subdesenvolvimento e má distribuição de renda, estão à pobreza, uma qualidade de vida ruim, fome, subnutrição, falta de uma infra-estrutura na saúde e na educação, etc. Todos esses fatores são consequências de uma má distribuição da renda. Essa má repartição, no Brasil, permite a uma pequena parte da população deter muito mais da metade de toda a renda, e uma enorme parcela da população vive em condições miseráveis e indignas.

Segue a tabela:

Tabela 1

Distribuição da renda da população economicamente ativa com rendimento não nulo: 1960 – 1996.					
<i>Faixa</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1990*</i>	<i>1996*</i>
20% mais pobres	3,5	3,2	3,2	2,3	2,5
Segundo 20% mais pobres	8,1	6,8	6,6	4,9	5,5
Terceiro 20% mais pobres	13,8	10,8	9,9	9,1	10
Quarto 20% mais pobres	13,8	17	17,1	17,6	18,3
20% mais rico	13,8	62,2	63,2	66,1	63,8
10% mais rico	13,8	47,8	47,8	49,7	47,6
1% mais rico	13,8	14,8	18,2	14,6	13,6
Índice de Gini**	0,5	0,568	0,59	0,615	0,6
<i>Fonte: IBGE</i>					

A tabela permite a análise da distribuição de renda da população entre os anos de 1960 a 1996. Os 20% mais pobres tiveram sua porcentagem reduzida de 3,5 para 2,5. O segundo 20% mais pobres teve queda de 8,1 para 5,5, o terceiro 20% mais pobres também apresentou queda de 13,8 para 10. O quarto 20% mais pobre apresentou aumento de 13,8 para 18,3. Já os 20% mais ricos apresentou um altíssimo índice da população economicamente ativa de 13,8 para 63,8. Os 10% mais ricos também apresentou aumento de 13,8 para 47,6. O 1% mais rico apresentou queda 13,8 para 13,6. O índice de Gini apresentou um mínimo aumento de 0,5 para 0,6.

Por fim, a tabela mostra que os mais ricos, com o passar dos anos, ficaram muito mais ricos, mesmo sendo em menos porcentagem populacional, já os mais pobres ficaram mais pobres mesmo sendo em maior número. Uma das causas é a má distribuição de renda como segue a tabela abaixo:

Tabela 2

Indicadores de distribuição de renda: 1986 - 1998			
<i>Ano</i>	<i>Índice de Gini*</i>	<i>Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e 40% mais pobres**</i>	<i>Razão entre a porcentagem da renda dos 10% mais ricos frente aos 50% mais pobres***</i>
1986	0,5804	22,3	3,904
1989	0,6228	30,7	5,115
1993	0,5822	24,5	3,891
1995	0,5738	24,1	3,679
1996	0,5714	24,6	3,685
1997	0,5700	24,5	3,634
1998	0,5646	24,1	3,519

*Fonte: *Rocha (2000); ** Suplicy (2000) e *** dados básicos em rocha (2000).*

A tabela 5.2.2 permite uma análise mais detalhada do índice de Gini (medida de concentração, mais frequentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. O índice varia de um (1) a zero. Quanto mais perto de 1,

maior será a concentração. Quanto mais perto de 0 menor será a concentração – SANDRONI, PAULO. Dicionário da Economia do Séc. XXI), entre 1986 a 1998.

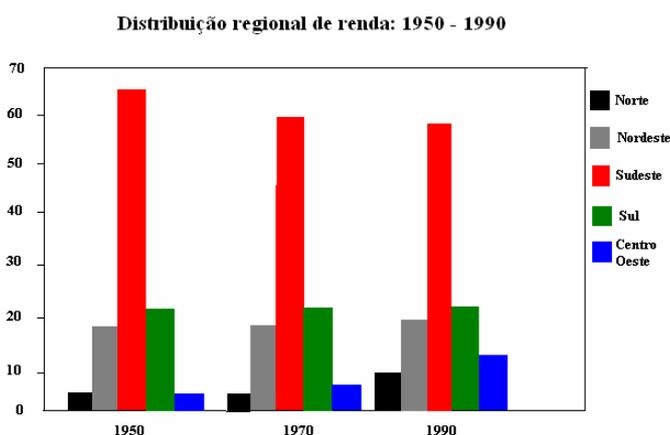
Em 1986 o índice era de 0,5804, já em 1989 houve uma melhora e passa a ser 0.6228. A partir de 1993, o índice cai ano a ano e em 1998 ele é de 0,5646 (inferior ao ano de 1986). A razão entre a média dos 10% mais ricos e 40% mais pobres era de 22,3 em 1986 e teve um ligeiro aumento em 1998 que foi para 24,1.

Todos esses dados tendem a confirmar as afirmações feitas acima sobre a concentração de renda no Brasil, que sempre foi alta, independente da década, mesmo havendo algumas oscilações.

2.3 Comparação das disparidades de distribuição de renda no Brasil entre suas regiões.

Há no Brasil grandes diferenças de região para região. Essas diferenças não são apenas econômicas, mais sim culturais, educacionais, geográficas, climáticas. A grande concentração de indústrias no Sudeste e Sul fez dessas duas regiões as mais prósperas do país, não só o parque industrial, mais também como pólos culturais, educacionais, tecnológicos, grandes centros urbanos, também auxiliaram. O Centro-Oeste era conhecido pelas grandes propriedades e pela criação de gado, com grandes propriedades nas mãos de poucas pessoas. Já o Norte era a região da Amazônia, onde não havia grandes centros industriais e o Nordeste onde a seca predominava, porém, o turismo sempre trouxe uma maior contribuição para a região. Todos esses fatores descritos são importantes na distribuição da renda. Segue o gráfico abaixo:

Gráfico 1



Fonte: IBGE

O gráfico mostra a distribuição regional da renda entre 1950 a 1990. Em 1950 o centro-oeste era a região com a menor parcela da renda interna, seguido do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. A concentração de renda do Sudeste era muito maior do que as demais regiões.

Em 1970 o Norte, ao contrário da primeira análise, passa para a posição da região com a menor parcela da distribuição, seguido pelo Centro-oeste, Nordeste, Sul e Sudeste. Apesar de continuar com a maior fatia, o Sudeste tem uma queda considerável.

Em 1990 todas as posições continuam as mesmas que eram na década de 70, porém teve um pequeno crescimento e o Sudeste uma outra queda.

Por fim, em uma análise geral, conclui-se que, a região Sudeste e Nordeste apresentaram queda no índice de distribuição regional da renda, Norte e Centro-oeste apresentaram aumento e o Sul praticamente se manteve estável.

Essas variações da repartição da renda ocorreram por vários motivos. Algumas indústrias migraram do Sul e Sudeste para o Norte e Nordeste em busca de incentivos fiscais e de mão-de-obra mais barata. As novas fronteiras agrícolas avançaram por todo centro-oeste e Norte fazendo dessas regiões grandes produtoras de soja e criação de gado. Todos esses efeitos provocaram um descolamento do capital.

Tabela 3

Indicadores de condições domiciliares: Brasil e regiões (1981 – 1999)				
<i>Regiões</i>	<i>% de domicílios urbanos com abastecimento de água com canalização interna ligada à rede geral.</i>		<i>% de domicílios urbanos com coleta direta de lixo.</i>	
	1981	1999	1980	1997
Brasil	70	89,2	65,8	85
Norte	49,5	61,1	37,8	66,6
Bordeste	48,2	80,9	47,1	69,1
Sudeste	81,2	94,9	75,1	84,6
Sul	70,7	93,9	65,9	94,3
Centro-Oeste	50	82,7	56,2	90,8

Fonte: Oliveira (1993) e IBGE (2001)

A tabela acima permite fazer uma análise um pouco mais detalhada sobre as condições domiciliares das regiões brasileiras entre 1980 e 1999.

Os domicílios com abastecimento de água encanada no Brasil eram de 70% em 1981 e 89,2% em 1999. Houve uma grande oscilação entre esses dados.

Porém, o Nordeste em 1981 era a região com a menor porcentagem, 48,2%. Menos da metade da população vivia sem água encanada. O Norte era de 49,5, O centro-oeste 50%, o Sul 70,7% e o Sudeste 81,2. Pode-se observar que a região Sudeste tinha um índice muito maior do que o brasileiro geral.

Em 1999 o Nordeste foi para 80,9%, tendo quase o dobro de aumento, a região norte aumento para 61,1%, mas mesmo assim a porcentagem é muito baixa. O centro-oeste foi para 82,7%, Sul para 93,3 e Sudeste continua com a melhor colocação de 94,9%.

Em relação ao Brasil, em 1999, apenas as regiões Sul e Sudeste apresentavam-se acima da média nacional.

Os municípios urbanos brasileiros com coleta de lixo eram em 1980 de 65,8% e em 1997 85%. Já o Norte em 1980 era 37,8 e em 1997 66,6%. Houve um aumento de quase o dobro. O Nordeste era de 47,1% e passou a ser 69,1. Já na região Sudeste o

aumento foi pequeno, de 75,1% para 84,6%. O Sul era de 65,9% e passou a ser 94,3%. O Centro-Oeste era de 56,2% e foi para 90,8%.

Portanto, pode-se constatar que algumas regiões já apresentavam bons índices em 1980 como o Sudeste e o Sul e o aumentaram. Já outras regiões apresentavam índices baixíssimos mais mesmo assim tiveram seus aumentos como é o caso das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em relação ao Brasil, em 1997, apenas as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentam-se acima da média nacional que era de 85% em 1997.

Todos esses dados permite constatar que o Brasil é dividido em regiões com grandes disparidades econômicas, embora venha havendo uma diminuição década a década elas continuam existindo.

2.4 Distribuição de renda brasileira comparada com outros países.

O Brasil é o país que configura uma das mais concentradas e desigual distribuição de renda do mundo.. Mesmo se comparado com países extremamente pobres como Serra Leoa, ele ainda é o de pior índice.

Tabela 4

Distribuição de renda: países selecionados.					
<i>Países</i>	<i>Ano</i>	<i>20% mais pobres</i>	<i>20% mais ricos</i>	<i>10% mais ricos</i>	<i>Índice de Gini</i>
Japão	1993	10,6	35,7	21,7	0,249
Egito	1995	9,8	39	25	0,289
Canadá	1994	7,5	39,3	23,8	0,315
Coréia do Sul	1993	7,5	39,9	24,3	0,316
Suíça	1992	6,9	40,3	25,2	0,331
Índia	1997	8,1	46,1	33,5	0,378
Uganda	1993	6,6	46,1	31,2	0,392
Etiópia	1995	7,1	47,7	33,7	0,400
EUA	1997	5,2	46,4	30,5	0,408
Bolívia	1990	5,6	48,2	31,7	0,420
México	1995	3,6	58,2	42,8	0,537
Honduras	1996	3,4	58	42,1	0,537
África do Sul	1994	2,9	64,8	45,9	0,593

Guatemala	1989	2,1	63	46,6	0,596
Brasil	1996	2,5	63,8	47,6	0,600
Republica Centro- Africana	1993	2	65	47,7	0,613
<i>Fonte: Banco Mundial (2000)</i>					

A tabela mostra a distribuição de renda de alguns países em comparação com o Brasil. O Japão, por exemplo, os 20% mais pobres detinham 10,6% da renda, e os 20% mais ricos 35,7%, 3 vezes mais. Já no Brasil, os 20% mais pobres detêm 2,5% e os 20% mais ricos 63,8, são 2225 vezes mais! Uma diferença muito grande.

De acordo com o Índice de Gini, dentre os países acima, o Brasil é o que apresentou maior concentração de renda, 0,600; enquanto países como Guatemala, África do Sul, Bolívia, Honduras, etc, possuem um índice muito menor do que o brasileiro. Os países de menor índice são Japão, Egito, Canadá e Coréia do Sul. O único país da lista que apresenta um índice pior do que o apresentado pelo Brasil é a Republica Centro-Africana.

Tabela 5

Indicadores sociais: países selecionados.							
	<i>Esperança de vida ao nascer (anos) 2000</i>	<i>Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) 1998.</i>	<i>Taxa de mortalidade materna (por 1000.000 nascidos vivos) 1998.</i>	<i>Acesso à água potável (%) 1996.</i>	<i>Número de médicos (por 100.000 habitantes) 1995.</i>	<i>Taxa de alfabetização de adultos (% da população com mais de 15 anos) 1998.</i>	<i>Anos médios de escola ridade 1992</i>
Canadá	79	6	-	99	2221	99	12,2
Suíça	78,7	5	5	100	301	99	11,6
Japão	80	4	8	96	177	99	10,8
EUA	76,7	7	8	-	245	99	12,4
Coréia do	72,4	5	20	83	127	98	9,3

Sul							
Argentina	72,9	19	38	65	268	97	9,2
Cuba	75,7	7	27	-	518	96	8
México	72,2	28	48	83	85	91	4,9
Brasil	66,8	36	160	72	134	85	4
Egito	66,3	51	170	64	202	54	3
Índia	62,6	69	410	81	48	56	2,4
Etiópia	43,3	110	-	27	4	36	1,1
<i>Fonte: Banco Mundial e Nações Unidas.</i>							

A tabela traz dados de importante análise. O Canadá tem uma expectativa de vida de 79 anos, enquanto o Brasil atinge 66,8 anos e a é de Etiópia 43,3 anos. A taxa de mortalidade infantil entre 1000 nascidos vivos era de 6 no Canadá, 36 no Brasil e 110 na Etiópia. A taxa de mortalidade materna por 1000 nascidos vivos era de 0 no Canadá, 160 no Brasil e 0 na Etiópia. O número de médicos por 100.000 habitantes é de 221 no Canadá, 518 em Cuba, 134 no Brasil e 27 na Etiópia. Os anos médios de escolaridade era de 12,2 no Canadá, 4 no Brasil e 1,1 na Etiópia.

Em razão de todos os seus índices, assemelha-se mais a Etiópia, um país africano extremamente pobre e com uma economia totalmente dependente de capital externo, do que com o Canadá, um país industrializado de economia desenvolvida.

Com todos estes problemas sociais e estruturais – baixa escolaridade e renda concentrada – o governo federal tem auxiliado através de programas sociais, como é o caso do Bolsa Família, as populações carentes do país.

3 Pobreza no Brasil e o Programa Bolsa família.

O Brasil, como já foi discutido anteriormente, é um país de uma grande desigualdade regional. Cada região e estado tem um perfil econômico e social particular. A região Norte e Nordeste são as que mais sofrem com elevados dados estatísticos referentes à pobreza. Porém, pode-se observar que mesmo as regiões mais abastadas não ficam imunes a pobreza, como é o caso do estado de São Paulo.

Segue a tabela abaixo:

Tabela 6

REGIÕES E ESTADOS	Proporção de pobres (%)			
	1996	1997	1998	1999
Norte urbano	39,57	39,61	39,87	39,65
Nordeste	53,13	52,86	50,35	50,90
Minas Gerais e Espírito santo	28,21	27,50	28,76	28,62
Rio de Janeiro	29,16	28,86	28,55	27,88
São Paulo	24,17	25,22	25,11	29,35
Sul	17,59	18,12	17,76	19,71
Centro Oeste	37,71	34,62	34,56	37,43
Metropolitano	32,65	33,18	33,74	36,88
Urbano	31,46	31,30	30,14	31,78
Rural	43,42	42,84	41,60	40,25
Brasil	34,13	34,08	33,43	34,95
Fonte: IBGE/PNDA (Tabulações especiais)				

A tabela permite visualizar alguns dados de proporção de pobres por estados, regiões e classificação rural e urbana entre os anos de 1996 a 1999.

O Norte urbano, Minas Gerais, Espírito Santo e Centro Oeste, praticamente se mantiveram estável entre os anos de 1996 a 1999. Já na região Nordeste, houve um pequeno declínio de 53,13 para 50,90 e também o estado do Rio de Janeiro de 29,16 para 27,88. Na região Sul houve um pequeno aumento de 17,59 para 19,71 e também no estado de São Paulo, de 24,17 para 29,35.

O estado de São Paulo foi o que mais aumentou seu índice no período examinado, sendo, apesar disto, o estado mais rico e industrializado do país. Mesmo com esses bons atributos, o estado paulista não fica imune a um elevado grau de pobreza que vem crescendo com o passar dos anos e uma população em estado de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade nada mais é do que a insuficiência da renda. O indivíduo não consegue manter a si e a sua família com aquilo que ganha. Com essa ausência de uma renda insuficiente o cidadão tende a ser muito mais vulnerável e mais ainda quando conta com um governo deficiente em recursos básicos como educação, saúde, transporte, segurança e moradias inadequadas.

A vulnerabilidade traz também situações humanas adversas como violação dos direitos humanos, má alimentação, violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil, etc. Todo esse estado de miséria leva o governo a tomar medidas para solucionar tais problemas já que sua gestão não é eficiente.

Algumas dessas medidas são os programas de transferência direta da renda. Hoje no Brasil, o mais conhecido deles é o Bolsa família.

3.1 Bolsa Família.

O Bolsa família é um programa de transferência direta da renda que tem como objetivo ajudar famílias carentes. O Estado de São Paulo recebe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por ano, R\$ 3,05 bilhões para execução de programas sociais. As ações nas áreas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar beneficiam 6 milhões no estado de São Paulo. No Brasil são 11,1 milhões. O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda do País, transfere por mês R\$ 72,8 milhões para 1 milhão de famílias paulistas.

Seus principais objetivos (segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome) são:

- Ajudar de imediato no combate contra a pobreza;
- Acompanhamento da saúde de todos os membros da família cadastrados;
- Acompanhamento da frequência escolar;
- Acompanhamento da educação alimentar (todas as famílias cadastradas

tem que participar de ações de educação alimentar feitas pelo governo).

O PBF (Programa Bolsa Família) integra vários outros programas que já existiam, tais como (Fome Zero, Vale Gás, Bolsa Escola, etc.). O Fome Zero tem como objetivo o combate imediatamente a fome e subnutrição da parcela populacional mais vulnerável à ela. O objetivo do auxílio vale gás é transferir dinheiro as famílias que não tem condições de comprar gás de cozinha. Finalmente, o Bolsa escola auxilia famílias que possuem crianças em fase escolar que não são freqüentes ou se encontram inseridas no mercado de trabalho infantil.

O responsável pelo bom aproveitamento do programa é o município. Se a família tiver uma renda per capita entre as duas citadas a cima, deve procurar a secretaria de assistência social de sua cidade e realizar o cadastro único.

O cadastro único tem como finalidade analisar família por família e concluir qual delas realmente precisam do benefício. Esse cadastro não inclui a família imediatamente na lista das que recebem o auxílio.

Os valores pagos pelo PBS variam de R\$ 18,00 a R\$ 172,00., variando pelo número de crianças, renda per capita, gestantes, pessoas subnutridas e adolescentes até 17 anos.. Existem dois tipos de benefícios, o básico (no valor de R\$ 58,00, concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa, independentemente da composição familiar) e o benefício variável (no valor de R\$ 18,00, para cada criança ou adolescente de até 17 anos, no limite financeiro de até R\$ 104,00, equivalente a três filhos por família).

Entretanto, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, as famílias que são beneficiárias têm também algumas obrigações a cumprirem para que não venha a serem excluídas do cadastro, tais como:

- As crianças e adolecentes de 06 a 17 anos devem estar matriculadas na escola e ter freqüência mínima de 85%.
- Informar quando necessário, a mudança da criança de uma escola para outra;
- Levar as crianças de até 07 para a vacinação, pesar, medir e serem examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde;
- As gestantes devem fazer o pré-natal, continuar o acompanhamento após o parto e participar de ações realizadas pelo governo como a do aleitamento materno e alimentação saudável.

Há ainda outros programas sociais que não fazem parte do Bolsa Família, como: Programa Brasil Alfabetizado (Cuida da alfabetização tanto de crianças como de jovens e adultos), ProJovem (Programa de ajuda aos jovens a conseguirem seu primeiro emprego), Projeto de promoção do desenvolvimento local e economia solidária, Programa nacional da agricultura familiar (PRONAF – incentiva a agricultura sendo cultivada pela família) e programa luz para todos (leva a energia elétrica a locais que ainda não possuem).

Portanto, como o programa visa atender todos os municípios brasileiros garantindo combater a miserabilidade de todos que recebem o benefício e sendo São Paulo um estado rico com um grande percentual de pobres, lançar-se-á o olhar para um município paulista, Ituverava, e apuraremos se são verdadeiras tais afirmações feitas pelo governo. Será observado se as famílias realmente saíram da condição de miséria, se as crianças que não freqüentavam a escola passaram a freqüentar após a entrada da família no programa, se as gestantes estão sendo bem assistidas, etc.

4 Caracterização do município de Ituverava

4.1 História

A cidade surge com o bandeirantismo como posto de abastecimento dos mesmos, surgindo depois uma comunidade agrícola. Fundada em 16 de Julho de 1818 por João Alves de Figueiredo, natural de Lisboa. Nessa mesma época os habitantes da região eram os índios Caiapós Meridionais, uma tribo do grupo Jê.

A descoberta do ouro em Goiás, na terceira década do século XVIII, provocou um afluxo de pessoas de toda parte em busca de um enriquecimento. Em 1750 haviam 30.000 homens trabalhando nas minas. O deslocamento da população era feito pelo Caminho do Anhanguera.

Em paralelo as atividades mineradoras, a criação de gado no planalto sul-mineiro adquiriu importância no século XVIII. Quando a extração de ouro já não trazia a rentabilidade de antes, aumentou a criação de gado no país. As famílias mineiras eram patriarcais, com mais de 10 filhos, muitos agregados e escravaria numerosa, ocasionando um crescimento rápido do número de moradores da região de franca.

O marco da fundação do município é construção de uma capela feita por escravos. Em 1885, 10 de Março, deixou de ser distrito de Paz de Nossa Senhora do Carmo da Franca do Imperador, para ser Ituverava, em tupi, salto brilhante.

A estrada de ferro e a rodovia Anhanguera trouxeram à Ituverava a agricultura e a criação de gado como base econômica local. Um dos produtos mais cultivados era o milho e a cultura se destinava a criação de porcos. Depois surgiram a cultura do arroz, feijão, mandioca, trigo, linhaça e centeio, café, algodão e cana-de-açúcar.

Em 10 de Março de 1885 a Freguesia se tornou vila, emancipando-se da franca do Imperador. Nos dias de hoje Ituverava conta com três cidades-filhas, sendo elas, são Benedito da Cachoeirinha, Aparecida do Salto e Capivari da Mata.

4.2 Geografia municipal e índices

Localiza-se a uma latitude 20°20'22" sul e a uma longitude 47°46'50" oeste, estando a uma altitude de 605 metros. Sua população estimada em 2004 era de 37.943 habitantes. Possui uma área de 697,8 km².

Localiza-se, no estado de São Paulo, faz parte da mesorregião de Ribeirão Preto e a microrregião é a própria cidade. A área total do município é de 697.760 Km². A densidade de morfológica é de 55,4 hab/km², altitude de 605 m e possui clima tropical.

O IDH é 0,789. PIB R\$ 287.647.141,00 e o PIB per capita é de R\$ 7.655,28. A mortalidade infantil até um ano por mil é 18,8. A expectativa de vida é 69,7, a taxa de fecundidade por mulher é 1,93 filhos e a taxa de alfabetização é de 91,06%.

4.3 Cultura

A cidade é forte em educação. Possui duas universidades a Fundação Educacional Ituveravense (FEI) e a Faculdade de agronomia Doutor Francisco Maeda (FAFRAM) que contabilizam juntas onze cursos de graduação e alguns de pós-graduação. Possui também quatro grandes redes de escolar particulares.

O turismo da cidade não é forte, porém, conta com alguns passeios naturais como a cachoeira Salto Brilhante (localizada no parque recreio), a represa Paulo Borges, e passeios culturais como o museu histórico municipal, o centro cultural e as igrejas Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário e São João Batista. Também possui uma das praças mais belas do país, a praça X de Março.

4.4 Economia

A economia local é basicamente agrícola, com base no cultivo de milho, soja, e algodão. Devido a grande quantidade de usinas de açúcar e álcool que estão localizadas em cidades ao redor de Ituverava, nota-se um grande crescimento do cultivo cana-de-açúcar.

Apresenta um forte comércio e prestação de serviços. Há algumas indústrias como a Santa Maria (2º maior fabricante de vassouras do país), têxtil, fábrica de brinquedos, etc.

Tabela 7

Pessoal ocupado na cidade de Ituverava.			
	Comércio/Serviço	Indústria	Total
1970	708	269	977
1975	1050	476	1526
1980	1445	626	2071
1985	1333	534	1967
1995	2654	687	3341

Fonte: Ipeadata

A tabela acima faz uma comparação do pessoal ocupado na cidade de Ituverava entre os anos de 1970 a 1995. Em 1970, o setor de Comércio e Serviço era de 708 e a Indústria 269, totalizando 977. 1975 Comércio e Serviço subiram para 1050 e Indústria 476, somando 1526. Já em 1980 Comércio e Serviço era de 1445 e Indústria 626, ao total somou 2071. Porém, em 1985 os dois ramos tiveram queda. Comércio e serviços caíram para 1333 e a Indústria 534 e somou 1967. Em 1995 os setores voltaram a subir. Comércio e serviços para 2654 e Indústria 687 totalizando 3341, o maior número de todos esses anos estudados. Pode-se concluir portanto que ao passar dos anos o município gerou mais empregos e o total de pessoal ocupado mais que triplicou passando de 977 para 3341.

Tabela 8

População economicamente ativa e pessoal ocupado.		
	PEA ¹	PO ²
1970	9813	9785
1980	11374	11223
1991	14010	13722
2000	17849	155509

Fonte: Ipeadata.

¹ População Economicamente Ativa

² População Ocupada

A tabela acima mostra a população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada (PO) entre os anos de 1970 e 2000. Em 1970 a PEA era de 9.813 e a PO 9.785. Já em 1980 a PEA era de 11.374 e a PO 11.223. Em 1991 PEA 14.010 e a PO 13.722. Em 2000 a PEA era de 17.849 e a PO 15.509. Concluí-se portanto que entre os anos de 1970 a 2000 tanto a PEA como a PO tiveram um considerável crescimento.

Tabela 9

$$TD = \frac{PEA - PO}{PEA}$$

TD: Taxa de desocupação

PEA: População Economicamente Ativa

PO: Pessoal ocupado

TAXA DE DESOCUPAÇÃO ENTRE 1970 A 2000 (%)	
Anos	(%)
1970	0,28
1980	1,33
1991	2,05
2000	13,38

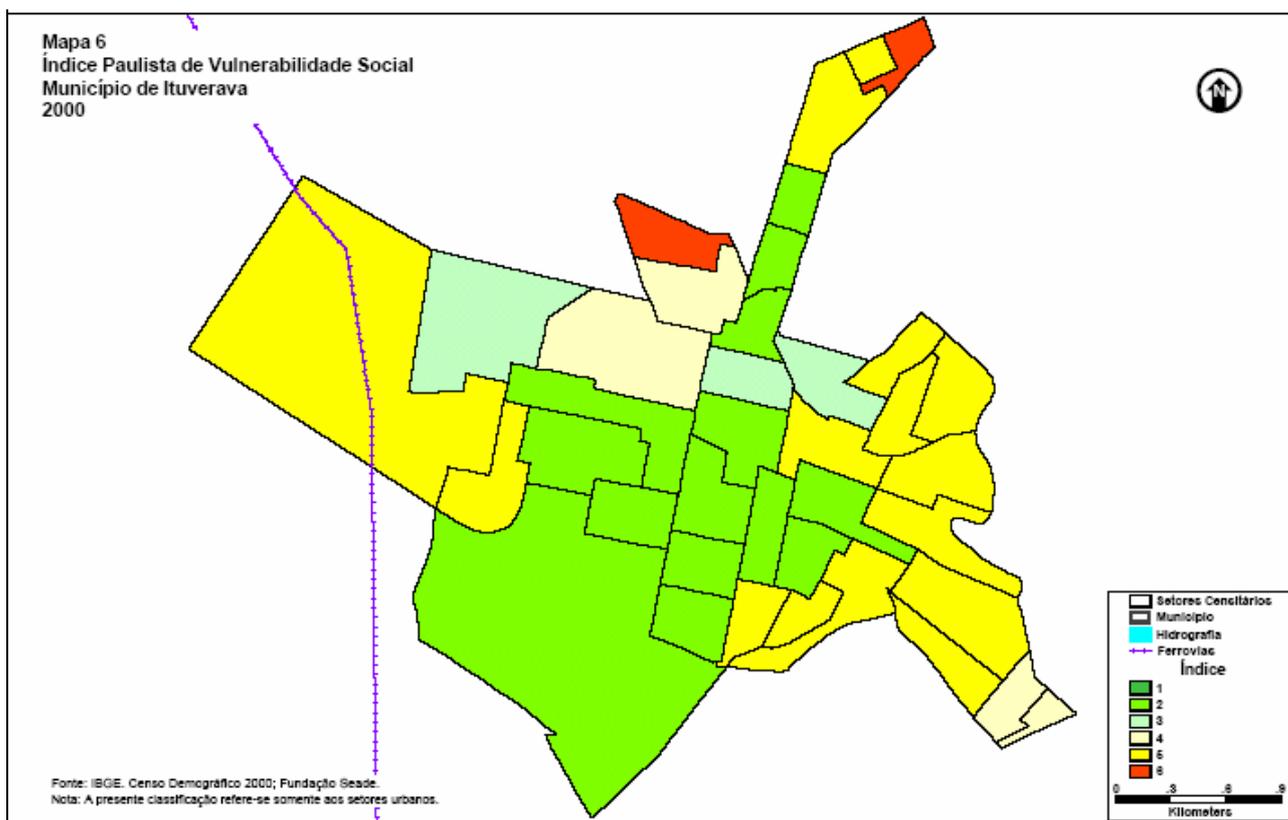
Fonte: Ipeadata

Em 1970 a taxa de desocupação era de 0,28%. Em 1980 subiu para 1,33%. Em 1991 foi de 2,05% e em 2000 13,38%. Conclui-se portanto que entre os anos de 1991 e 2000 houve um aumento muito grande de 2,05% para 13,38% na taxa de pessoal desocupado, ou seja, sem emprego.

4.5 Social

A cidade tem alta vulnerabilidade social, possui grandes bairros periféricos como Benedito Trajano Borges, Nosso Teto, Guanabara I, II, III e IV, como mostra o mapa abaixo:

Mapa de índice de vulnerabilidade social no município de Ituverava



Fonte: IBGE

As áreas em vermelho possuem vulnerabilidade extrema. A área em vermelho ao lado esquerdo é o bairro Benedito Trajano Borges. A outra área localizada mais acima no mapa é o bairro Nosso Teto. Ambos os bairros concentram a maior população pobre da cidade.

As áreas em amarelo possuem vulnerabilidade altíssima. Ao lado direito situa-se o bairro Largo do Rosário (onde se encontra a primeira capela da cidade e também a estação rodoviária), e ao lado esquerdo, os bairros Parque do Trevo e Estação.

As áreas em bege possuem alta vulnerabilidade, constituída pelos bairros Marajoara, Santa Cecília e ao lado direito Guanabara (onde esta localizada a FAFRAM).

As áreas de cor azul claro possuem vulnerabilidade média e nessas áreas estão situados os bairros Cohab e parte da Vila São Jorge.

As áreas em verde claro possuem baixa vulnerabilidade. Nessas áreas encontram-se os bairros Cecap, Centro, Cidade Universitária (onde se encontra a faculdade FEI), Tropical I e II.

Na cidade de Ituverava não há área com ausência de vulnerabilidade que seria a cor verde escuro. Portanto, conclui-se que, a cidade de modo geral, está com altos índices de vulnerabilidade, e mesmo os bairros mais abastados não estão fora dela.

Tabela 10

Renda domiciliar per capita (R\$ 2.000) na cidade de Ituverava entre os anos de 1991 a 200		
	1991	2000
1° quinto mais pobre	56,07	57,13
2° quinto mais pobre	101,85	121,09
3° quinto mais pobre	146,00	182,07
4° quinto mais pobre	229,54	299,75
5° quinto mais rico	797,33	1.176,98
10° quinto mais rico	1.186,93	1.838,82

Fonte: Ipeadata

O 1° quinto mais pobre passou de 56,07 em 1991 para 57,13 em 2000. O 2° quinto mais pobre passou de 101,85 para 121,09. O 3° quinto mais pobre passou de 146,00 para 182,07. O 4° quinto mais pobre passou de 229,54 para 229,75. O 5° quinto mais rico passou de 797,33 para 1.176,98. O 10° quinto mais rico passou de 1,186,93 para 1.838,82. Conclui-se que a desigualdade da renda domiciliar é extremamente grande quando comparamos o 1° quinto mais pobre com o 10° quinto mais rico.

4.6 Comparação dos indicadores sociais de Ituverava em relação a região e ao estado de São Paulo.

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO: O município de Ituverava (em sua área KM²) corresponde a 0,3% da área total do estado de São Paulo. A população da cidade corresponde a 0,09% em relação ao estado. A densidade demográfica quando comparada em termos regionais é inferior, porém, quando comparada com o estado é extremamente inferior, sendo 51,38; 77,56 e 160,70 respectivamente. A taxa geométrica de crescimento anual da população é de 1,09 no município, 1,74 na região (superior à taxa do estado que é de 1,50). O grau de urbanização, o de envelhecimento e a população com 60 anos e mais é maior do que a região e o estado. A população com menos de 15 anos é menor que o da região e o estado. A razão de sexos é maior do que a do estado de São Paulo e menor do que a região.

ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE: A taxa de natalidade de Ituverava quando comparado com a região e o estado de São Paulo permanecem praticamente a mesma, sendo, 14,13; 14,59 e 14,92 respectivamente. A taxa de fecundidade, de mortalidade infantil, mortalidade na infância, mortalidade da população com 60 anos ou mais, mães que tiveram mais de sete consultas pré-natais, nascimentos abaixo do peso e gestação pré-termo são índices que o município apresenta que estão abaixo dos do estado e da região. A taxa de mortalidade da população entre 15 a 34 anos apresenta altíssimo índice sendo de 128,06 (por mil habitantes), sendo alta também a taxa de mães adolescentes 9,87%. Partos cesáreos, e leitos Sus (por mil habitantes) apresentam índices altos se comparado com a segunda e terceira coluna da tabela. De modo geral, o município apresenta boas condições de saúde e também hospitalares.

CONDIÇÕES DE VIDA: O IPRS Dimensão riqueza no município é de 36, da região é 38 e do estado é de 50. A dimensão longevidade é de 64 em Ituverava e 67 em São Paulo. Escolaridade é de 59 em Ituverava e de 52 no estado. O IDH é 0,789 em Ituverava e 0,814 no estado. A renda per capita em salários mínimos é maior do que a da região e menor do que a do estado. Domicílios com renda per capita até ¼ do salário mínimo tem um índice baixo, de 3,37%. Já domicílios com renda per capita até ½ salário mínimo tem um índice razoável de 11,26%.

HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA: Ituverava possui uma infraestrutura urbana adequada de 98,52%, coleta de lixo de 90,69%, abastecimento de água de 99,45%, esgoto sanitário de 99,08. De modo geral, o município apresenta índices altíssimos de infra-estrutura urbana, muitas vezes maior até do que os índices estaduais.

EDUCAÇÃO: A taxa de analfabetismo da cidade com população de 15 anos ou mais é de 9,13 (mais alto do que da região e do estado). A média de anos de estudo da população é de 7,11. A população de 25 anos e mais com menos de 8 anos de estudo é de 62,25. A população com ensino médio completo é de 39,28. Ou seja, em termos gerais, a cidade apresenta altos índices de analfabetismo e a população possui baixa escolaridade.

ECONOMIA: A participação nas exportações do estado é de 0,000061%. O valor do PIB é de 381,96 (milhões). E o PIB per capita (em reais correntes) é de 9.969,06. A participação do PIB do estado é de 0,052535%.

Como mostram todos esses índices, a cidade tem alto grau de vulnerabilidade, baixa escolaridade e altos de analfabetismo. A economia é pouco significativa se comparada com o estado. Porém a estrutura habitacional urbana é de boa qualidade, completando quase 100% em todos os índices.

De todas as famílias entrevistadas apenas uma disse que um dia poderia se desligar do programa porque sua intenção era conseguir um emprego e não mais depender do benefício. Todas as outras disseram que a renda é insuficiente por isso dependem do Bolsa família.

5 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa foi realizada nos bairros Guanabara III e IV, Benedito Trajano Borges, Centro, Jardim Independência, Largo do Rosário, Nestlé, Parque dos Esportes, Vila Beatriz, Vila Galize, Vila Celina e Vila São Jorge, são os principais e maiores bairros periféricos da cidade.

As famílias são compostas em média por 4,4 membros. Sendo a mais numerosa de 10 membros e a menos de 02 membros. Cada família tem em média 1,1 filhos. Com uma variação de 01 a 05 crianças. Em média são 0,3 adolescentes por família. Algumas não têm e outras têm no máximo 02. Então se conclui que as famílias que são beneficiadas pelo programa são compostas de adultos, crianças e idosos, raramente jovens.

Nenhuma família entrevistada era composta por alguma gestante e em nenhuma família houve gestantes beneficiadas.

Elas são beneficiadas em média com R\$ 67,12. Variando de R\$ 15,00 até R\$ 112,00. As famílias mais pobres e/ou compostas com um maior número de crianças recebem mais do programa.

Em média 1,25 pessoas família trabalham. Em muitos lares não há ninguém que trabalha e as mulheres que vivem do benefício e da pensão alimentícia dos filhos. Também há dois lares que dependem da renda dos idosos. A renda média das famílias provenientes somente do trabalho é de R\$ 483,35, sendo a menor renda de R\$ 106,00 e a maior de R\$ 2.000,00.

Uma pergunta foi feita sobre quais melhorias houveram de um modo geral após começarem a receber o benefício. Cada entrevistado poderia responder mais de um item. Os mais citados foram Alimentação (compra de alimentos em geral ou específicos para as crianças), Saúde (pagamento de consultas médicas ou compra de remédios) e Educação (compra de materiais escolares, uniformes etc.).

Foi feita uma outra pergunta do questionário (Anexo) para os beneficiados sobre quais melhorias poderiam ser feitas em seu bairro ou em sua casa. Todos puderam citar mais de uma questão. As mais citadas foram reforma na habitação e saúde (tanto de construção de postos como atendimento médico). Porém, a prefeitura de Ituverava tem uma parceria com as lojas de materiais para construção no intuito de reformar as casas das famílias de baixa renda.

De todas as famílias entrevistadas, apenas uma tem o intuito de se desligar do programa porque a mãe das crianças está fazendo um curso e pretende trabalhar na área, não precisando mais do benefício. Todas as outras que disseram não ter o intuito de se desligarem, alegaram renda insuficiente.

6 CONCLUSÃO

O Bolsa família é importante para todas as famílias que o recebem devido a uma renda per capita baixa. Muitas famílias entrevistadas possuem renda per capita acima daquela estipulada pelo governo federal na qual possam ser beneficiadas. Porém, mesmo assim, a renda não é suficiente para suprir as necessidades, por isso muitas pessoas mentem a renda ao fazer o cadastro único na Secretaria do Bem Estar Social. Este problema é histórico, social e nacional como foi discutido nos capítulos anteriores e, somente o Bolsa Família não tem condição de resolvê-lo.

A principal mudança que ocorreu nas famílias após ingressaram no programa foi a alimentação. As famílias passaram a comprar mais alimentos todos os membros e também os específicos para as crianças como danone, leite, bolacha, etc.

Esse programa amenizou os problemas com o suprimento de parte das necessidades básicas dos beneficiados. O maior problema não está na quantia em que é repassada pelo governo e sim sua estrutura que não atende as necessidades básicas da população como, médicos nos postos, construção de novos postos de saúde, preço dos alimentos de primeira necessidade, má educação, falta de emprego, desestrutura familiar, famílias numerosas, etc. Todos os problemas descritos acima foram citados pelos entrevistados.

Pode-se concluir, portanto, que o benefício é sim válido e tem ajudado as famílias de baixa renda, porém, não tirou nenhuma delas da condição de miséria e/ou pobreza na cidade de Ituverava e entre as famílias entrevistadas.

10 METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter qualitativo com base em pesquisa bibliográfica (dados secundários obtidos através de revistas, livros, jornais, sites, periódicos e de dados obtidos através de cadastros disponíveis na secretaria assistencial do município) e de campo (dados primários obtidos através de uma pesquisa direta intensiva realizada com as famílias ituveravenses cadastradas no programa). Nesta cidade 1427 famílias estão cadastradas no programa no ano de 2007.

Contou com um questionário com perguntas abertas, semi-abertas e fechadas (tipo mostruário) que foi aplicado pelo próprio autor do trabalho. Foram pesquisadas famílias cadastradas residentes nos bairros periféricos da cidade tais como Benedito Trajano Borges, Guanabara, Nosso Teto, Cohab, Vila São Jorge e também no Centro da cidade.

A utilização dos dados resultantes da pesquisa de campo foi na forma indutiva (estatística).

BIBLIOGRAFIA

CAMAROTTI , Ilka. Parcerias e pobreza. Soluções locais na implementação de políticas sociais. EDITORA: RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2000.

FERRO, Andréa Rodrigues. Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil. 2004. (Tese de Mestrado em Economia). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Piracicaba, 2004.

Bolsa família: agenda de compromissos da família. Distribuição gratuita pelo governo federal. Edição especial.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Economia brasileira: uma introdução crítica, EDITORA: SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1994,

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. EDITORA: SAO PAULO: NOVA CULTURAL, 1986.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval; JÚNIOR, Rudinei Toneto. Economia brasileira contemporânea. EDITORA: SAO PAULO: ATLAS, 1999.

MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. EDITORA: SAO PAULO: NOVA CULTURAL, 1996.

YAZBEC, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. EDITORA: SAO PAULO: NOVA CULTURAL, 1991.

LEHFELD, Neide. Metodologia de Avaliação qualitativa de programas sociais. EDITORA: RIBEIRAO PRETO: UNAERP, 2007.

EVANGELISTA, José Geraldo. Crônica de Ituverava. . EDITORA: SAO PAULO: NOVA CULTURAL, 1988.

<[http:// www.educacao.mg.gov.br/](http://www.educacao.mg.gov.br/)>

Acesso em: Com frequência em 2006, 2007 e 2008.

<[http:// www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>

Acesso em: 03 nov. 2006

<[http:// www.caixa.gov.br/Cidadao/produtos/asp/bolsa_escola.a](http://www.caixa.gov.br/Cidadao/produtos/asp/bolsa_escola.a)>

Acesso em: 05 out. 2006

<[http:// www.usp.br](http://www.usp.br)>

Acesso em: 03 out. 2006

<<http://www.seade.gov.br>>

Acesso em: 16 jan 2008>

<http://www.mds.gov.br/sites/bolsa-familia/>

Acessi em: Com frequência em 2008.